

Actividades emergentes – o caso do *cluster* do turismo / lazer

Tema 3:

NOVAS OPORTUNIDADES / SOLUÇÕES EMPRESARIAIS PARA A REGIÃO

Autor:

António Bob Santos
(Economista e Mestre em Ciências do Trabalho)

Índice

Introdução.....	3
1. Breve caracterização do tecido económico-social.....	4
2. Debilidades estruturais da região.....	5
3. Actividades emergentes: <i>cluster</i> do turismo / lazer.....	7
4. Estratégias de desenvolvimento: pontos críticos e medidas de acção.....	11
Bibliografia.....	12
Anexos.....	13

Introdução

A presente comunicação preparada para o III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, a decorrer em Setembro de 2002. Ao longo dos últimos anos, a região tem conhecido um desenvolvimento considerável em algumas áreas, embora, em termos globais, continue a ser uma das regiões menos desenvolvidas do país e mesmo da Europa. Urge, assim, encontrar novas soluções e perspectivas que dotem a região da capacidade competitiva capaz de se afirmar nos mercados nacionais e internacionais.

Nesta comunicação visa-se identificar novas actividades empresariais, em emergência, que possam resultar da dinamização de uma área de enorme potencialidade na região: o turismo / lazer. Trata-se de uma área onde já existe alguma dinâmica, embora seja notório que é necessária uma melhor articulação entre os vários actores envolvidos, englobando a população da região.

Num primeiro ponto será feita uma breve caracterização do tecido económico e social, bem como a identificação de algumas das principais fragilidades da região. Serão depois analisadas algumas das actividades emergentes que poderão surgir da crescente procura das actividades turísticas e de lazer, apontando, também, os pontos críticos e algumas medidas de acção para o desenvolvimento dessas actividades.

1. Breve caracterização do tecido económico-social

A Região do Norte apresentou, na última década, um crescimento populacional positivo (6% entre 1991-2001), superior à verificada a nível nacional (4,6%)¹. Em 2001, a população do Norte representava cerca de 36% da população portuguesa, sendo que uma parte significativa concentrava-se no Grande Porto (12,2%), enquanto que o Douro² e Alto Trás-os-Montes³ eram as regiões do Norte com menor população (2,1% e 2,2 do total nacional, respectivamente).

É nestas duas últimas regiões onde se verificam os **maiores decréscimos populacionais** entre 1991 e 2001: -7,2% na região do Douro, enquanto que no Alto Trás-os-Montes o decréscimo foi superior a 5%. No total, estas duas regiões perderam cerca de 30 mil residentes em 10 anos, o que demonstra bem que a desertificação continua a ser uma tendência destas regiões. Em relação à densidade populacional, no Alto Trás-os-Montes habitam cerca de 27 hab./ km² e no Douro 53 hab./ km², sendo a média do Norte de 172 hab./ km² (dados para 2001, INE).

Trata-se de duas zonas de **forte predominância rural**, cuja população se concentra cada vez mais em torno de *idades charneira* de média dimensão: Vila Real, Bragança, Mirandela e Chaves, que são os únicos concelhos, nas duas regiões, onde se registaram aumentos populacionais na última década (ver Quadro 1, em anexo). Em todos os restantes concelhos destas duas regiões verificam-se perdas populacionais, destacando-se Boticas (-19,2%), Montalegre e Carraceda de Ansiães (-17,3%). Consta-se, assim, uma forte tendência para a desertificação da região do interior Norte (INE, Censos 2001).

As regiões transmontanas e alto-durienses são limitadas pelas **regiões espanholas da Galiza**, a norte, e **de Castela Leão**, a leste (e, ainda, pelas regiões nacionais do Minho, a oeste, e Beira Alta – a sul). Neste contexto, ganham particular importância as relações com a Galiza, com quem o Norte de Portugal constitui uma área de economia crescentemente integrada, e as relações com Castela-Leão (cujas cidades mais próximas são Salamanca e Zamora), em torno das quais é necessário architectar estratégias de integração, valorização de recursos e desenvolvimento sustentável.

Em relação ao tecido produtivo, as regiões do Douro e o Alto Trás-os-Montes são tradicionalmente rurais, registando-se um **grande peso da agricultura no total do emprego** (mais de metade a situa-se na agricultura ou em serviços não comerciais). A taxa de desemprego no Alto Trás-os-Montes e Douro é superior à média nacional, sendo débil a fixação de empresas e a iniciativa empresarial, caracterizando-se o desemprego por oscilações sazonais particularmente acentuadas (INE, Estatísticas do Emprego, 2002).

¹ INE, Censos 2001

² **Douro**: Alijó, Armamar, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada-à-Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real.

³ **Alto Trás-os-Montes**: Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais.

População empregada

(1º trimestre de 2002)

Sector	População empregada (%)	
	Região Norte	Alto Trás-os-Montes
Agricultura, Silvicultura e Pesca	11,4	33
Indústria e Construção (Têxtil, Vestuário e Calçado)	43,4 (14,9)	15,2
Serviços (Comércio, Alojamento e Restauração)	45,2 (19,5)	51,8

Fonte: INE, Estatísticas Regionais, 2002

Em termos de estrutura etária, o Alto Trás-os-Montes (juntamente com a região do Minho-Lima) era a região com a população empregada mais idosa, com uma proporção de indivíduos empregados com mais de 45 anos superior a 40% (INE, Censos 2001).

2. Debilidades estruturais

O tecido económico-social das regiões de Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD) apresenta algumas fragilidades que condicionam, em parte, o desenvolvimento da região. Essas fragilidades tem causas diversas, desde as características naturais até às várias políticas dirigidas para a região, ao longo das últimas décadas. Das causas naturais salienta-se a localização, no extremo de Portugal, onde as vias de acesso foram, durante muito tempo, difíceis e penosas. Nas duas últimas décadas as vias de comunicação melhoraram significativamente, centrando-se fundamentalmente na rede viária, permitindo um mais rápido acesso aos grandes centros urbanos, quer nacionais quer da vizinha Espanha.

Em relação à actividade económica, a actividade agrícola transmontana e alto-duriense, que ocupa um papel ainda central em termos de emprego, apresenta um conjunto de constrangimentos estruturais, como a baixa qualificação e a idade avançada dos agricultores, a fragmentação e dispersão da propriedade, a estrutura minifundiária, etc. Contudo, estas regiões assumem uma posição importante em alguns sectores a nível nacional, como nos vinhos (o Vinho do Porto é o principal produto de exportação do sector agrícola português). Também cada vez mais importantes são os produtos com Denominação de Origem Protegida e Indicação Geográfica Protegida e resultantes da agricultura biológica, embora ainda tenham pouco peso na produção agrária regional. A certificação da qualidade dos produtos é um aspecto essencial e que deve conduzir a uma nova fase de desenvolvimento agrícola, que terá que assentar em transformações de natureza qualitativa da produção e na sua valorização comercial.

Em relação às outras actividades económicas (grande peso do sector terciário, especialmente do pequeno comércio), verifica-se uma **reduzida importância dos factores imateriais**, como a qualidade, *design*, marketing ou a comercialização. O factor preço tem ainda um papel muito

importante na competitividade do tecido produtivo, existindo uma reduzida agressividade competitiva por parte das empresas, ao mesmo que a procura existente se mostra pouco exigente. Estes factos reflectem-se na baixa qualidade dos serviços de apoio à actividade produtiva, muito devido à **falta de competências na região em relação aos factores críticos de competitividade**. A falta de estruturas e de serviços especializados às empresas mostra-se essencial para a dinamização do tecido produtivo e para a competitividade dos produtos regionais, quer a nível nacional quer a nível internacional.

Um aspecto intimamente ligado com estas lacunas são as fragilidades do mercado de emprego regional, relacionadas com a natureza do emprego e a organização/gestão das empresas e dos processos de trabalho. É disso exemplo a **estrutura das qualificações e das habilitações dos trabalhadores** (no Quadro abaixo podemos ver as habilitações para a região Norte), que apresentam valores abaixo da média nacional; mas é também o caso das **baixas remunerações**, do emprego precário e da difusão de actividades informais, ou dos modelos de gestão da mão-de-obra que resistem à inovação e à integração dos mais qualificados. Realce-se, ainda, que a pobreza apresenta especificidades ligadas a territórios ou contextos: “se globalmente se mantêm faixas significativas de pobreza “tradicional”, novas formas de pobreza apresentam especial incidência nas maiores concentrações urbanas” (INE, Estatísticas do Emprego, 2002).

Nível de Habilitações – Região Norte
(1º trimestre de 2002)

Nível de habilitações	População activa residente
Sem Nível de Instrução	7,8
1º ciclo	34,4
2º ciclo	25,5
3º Ciclo	13,6
Ensino Secundário	10,9
Ensino Superior	7,8

INE, 2002

A oferta de mecanismos de qualificação profissional dos jovens mostra-se ainda escassa, fazendo com que o nível médio de formação profissional à entrada no mercado de trabalho seja baixo e prolongue situações de desqualificação profissional, que não estimulam a realização de novas aprendizagens e de requalificações. Verifica-se um desajustamento crescente entre as qualificações escolares adquiridas pelos mais jovens e as oportunidades do mercado de trabalho no interior transmontano e duriense, especialmente as destinadas ao sector turístico. De destacar, igualmente, a **fragilidade dos instrumentos de certificação** das competências da população activa dita pouco qualificada, bem como do reconhecimento das qualificações adquiridas por via profissional, o que dificulta a sua qualificação e reconversão profissionais (CCRN, 2002).

Apesar de todos estes pontos fracos existentes na região transmontana e alto-duriense, existem algumas **potencialidades** que poderão contribuir para atenuar ou até mesmo inverter, em alguns casos, estas fraquezas. Salientam-se as actividades relacionadas com duas áreas de elevado potencial: o agro-alimentar e o turismo. Os produtos regionais de elevada qualidade, as raças autóctones e produtos locais passíveis de certificação e promoção externa, a existência de um vasto património cultural, histórico e arquitectónico valioso (nomeadamente nos centros históricos das *idades charneira*), os espaços amplos de elevada

qualidade ambiental e paisagística, os recursos hídricos e a conhecida hospitalidade das populações, traduzem-se num elevado **potencial turístico**. Este potencial poderá ser um dos motores de desenvolvimento da região, tendo um papel fulcral no aparecimento de novas empresas e actividades e na dinamização das já existentes.

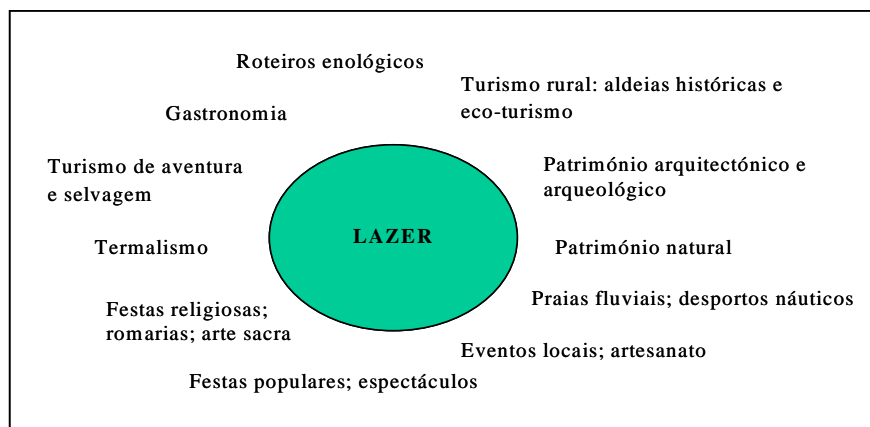
3. Actividades emergentes: *cluster* do turismo / lazer

Neste ponto iremos focar a atenção nas actividades emergentes decorrentes do potencial turístico da região. De facto, as características da região de Trás-os-Montes e Alto Douro e as tendências que se tem verificado ao longo dos anos, apontam para algumas oportunidades que poderão abrir-se num futuro próximo e que convém antecipar. Contudo, a emergência de novas oportunidades empresariais na região só terá efectivo êxito através da concertação de esforços por parte dos diversos actores sectoriais (empresas, associações comerciais e industriais, entidades de ensino e de formação, autarquias e outras instituições públicas, etc.), partilhando conhecimentos e interagindo em rede, no sentido de captar e produzir valor (esta articulação designa-se frequentemente de *cluster*, segundo o “Focus Group on Cluster Mapping and Cluster Policy”, da OCDE⁴).

Da análise efectuada anteriormente às características e debilidades da região, concluímos que existem verdadeiras oportunidades de negócio e de criação de emprego numa área estratégica para a região - o turismo, dadas as condições naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro. No entanto, apesar da região apresentar os “condimentos” necessários para o desenvolvimento da actividade turística, faltam os factores dinamizadores para conjugar da melhor forma esses “condimentos”. Falta a tal articulação entre os vários agentes do sector, incluindo as entidades públicas, no sentido de promover o produto turístico.

Convém referir que o produto turístico desta região difere de grande parte do de outras regiões nacionais, assemelhando-se mais ao das regiões espanholas com quem faz fronteira (Galiza e Castela-Leão). No sentido de ganhar vantagens competitivas face a estas regiões, a oferta dos vários produtos turísticos de TMAD tem ser vista numa lógica de complementaridade, de oferta de **actividades de lazer**, visando a satisfação das várias necessidades dos clientes, cada vez mais exigentes. Essas actividades, que devem organizar-se em *cluster* (no sentido da OCDE descrito acima), estão relacionadas com a beleza paisagística, o património cultural e arquitectónico, a gastronomia típica, a vinha e o vinho, a hospitalidade, as tradições que ainda se mantêm, as romarias e festas de verão, os desportos náuticos de nível internacional, etc., como se pode ver na figura seguinte:

⁴ Segundo a OCDE (“Focus Group on Cluster Mapping and Cluster Policy”, 1999) “um *cluster* pode ser definido como redes de produção de empresas fortemente interdependentes, ligadas entre si numa cadeia de produção de valor acrescentado. Os *clusters* podem integrar alianças entre empresas e universidades, institutos de investigação, serviços às empresas intensivos em conhecimento, agentes de interface, clientes, etc”. (PROINOV, 2002, *Clusters e política de inovação*, PCM).

ACTIVIDADES DE TURISMO / LAZER

Fonte: próprio autor

As actividades da figura anterior resultam do aproveitamento das características da própria região e no desenvolvimento das suas potencialidades. São actividades muito peculiares, com uma forte componente de proximidade entre o prestador e os clientes. Essa proximidade é, por um lado, de natureza geográfica, já que num raio pequeno de espaço poderão ser oferecidas vários serviços lúdicos e de lazer, complementando outras actividades turísticas; por outro lado, a proximidade relacional e mesmo afectiva é evidente (enologia, rotas, excursões, etc.) levando a que as relações inter-pessoais sejam um aspecto fundamental neste tipo de turismo⁵. Estas características são factores diferenciadores e poderão ser uma alavanca para a competitividade de toda a região, transformando-a num polo de lazer e de bem-estar. No entanto, a dinamização deste *cluster* do lazer passa muito pela colaboração com as entidades locais, que são as que melhor conhecem as especificidades e necessidades da região, no sentido de reforçar a capacidade competitiva de região. Essas entidades passam, entre outras, pelas próprias empresas, pelas entidades de educação, formação e I&D, pelas instituições de apoio empresarial, pelo sistema financeiro e pelas instituições públicas (a dinamização deste *cluster* não será alvo de análise nesta comunicação, centrando-me, apenas, nas novas actividades e oportunidades que daí poderão resultar).

Assim, a dinamização deste *cluster* do turismo/lazer poderá dar origem a novos serviços de apoio e a novas actividades empresariais em Trás-os-Montes e Alto Douro. Por exemplo, o património gastronómico e enológico poderá ser um incentivo às actividades complementares de diversão, enquadradas com as características da região. O turismo rural poderá levar ao surgimento de empresas de recuperação das habitações ou de embelezamento e animação de espaços. Também as actividades termais poderão requerer serviços especializados destinados às pessoas mais idosas, como o acompanhamento ou cuidados médicos. Resumindo, um vasto conjunto de actividades poderá surgir como complemento das actividades turísticas da região, tornando-a mais atractiva e competitiva, quer a nível nacional quer internacional. De referir, ainda, que as actividades hoteleiras e de restauração terão, por arrastamento, uma procura intensa, tratando-se de actividades transversais que serão largamente beneficiadas:

⁵ Para uma análise detalhada do conceito de actividades de proximidade, consultar: Santos, António Bob (2002), **Os serviços de proximidade como potencial fonte de criação de emprego em Portugal**, Tese de Mestrado, ISCTE

ACTIVIDADES EMERGENTES NO CLUSTER DO TURISMO / LAZER

TURISMO / LAZER	ACTIVIDADES EMERGENTES
Rotas gastronómicas e enológicas	Agricultura biológica Espectáculos e actividades recreativas; roteiros / viagens locais; transportes locais / inter-modais
Turismo rural	Recuperação e protecção de habitações e outros edifícios; festas locais; embelezamento de espaços; transportes tradicionais para fins turísticos; artesanato
Praias fluviais	Espectáculos / eventos; desportos náuticos; equipamento fluvial; campismo
Património local	Circuitos turísticos e organizações de excursões de carácter local; recuperação e protecção do património cultural e histórico; embelezamento de espaços
Festas populares / Religiosas / Romarias	Animação e informação turística; espectáculos, actividades recreativas e desportivas; artesanato
Termalismo	Serviços destinados a pessoas idosas (acompanhamento, diversão, visitas guiadas, enfermagem, etc.)
Turismo selvagem e aventura / património natural	Actividades desportivas; navegação fluvial e serviços complementares; vigilância das áreas protegidas; campismo
Actividades transversais	Restauração e Hotelaria Transportes Vigilância / Segurança de bens e pessoas

Fonte: próprio autor

Estas são algumas das actividades que poderão emergir e servir de apoio ao *cluster* do turismo/lazer. Contudo, a dinamização destas actividades requer uma série de complementaridades e uma sólida rede de infra-estruturas, sem as quais se torna muito difícil a sua viabilização. Uma breve análise aos equipamentos e à rede de infra-estruturas existente na região permite-nos concluir que existe um défice estrutural nesta área, bem como um potencial enorme na criação de novas actividades e soluções para a região transmontana e alto-duriense.

Por exemplo, a rede de equipamentos culturais - bibliotecas, museus, cinemas, centros culturais, auditórios, salas de espectáculos, etc. - ainda não é inteiramente satisfatória, embora nos últimos anos se tenham feito alguns esforços consideráveis, especialmente nas *idades charneira* - Mirandela, Bragança, Chaves e Vila Real (ver Mapa 1, em anexo). O baixo poder de compra das populações desta região e o fraco consumo de actividades culturais pode explicar, em parte, a oferta existente. No entanto, convém referir que os estímulos à procura destas actividades tem sido insuficientes, sendo escassas as iniciativas no sentido de alterar os padrões culturais e de consumo desta região. Neste sentido, torna-se imperativo incentivar as **parcerias inter-institucionais** e as **complementaridades inter-municipais**, visando uma oferta integrada e a sensibilização dos potenciais clientes das actividades turísticas e de lazer. Também a formação e gestão dos quadros técnicos das instituições e equipamentos culturais é um aspecto chave na definição de **políticas de animação**, de captação de públicos, de

promoção e divulgação das actividades, sendo áreas que necessitam de forte investimento (público, privado e em parceria).

Torna-se também fundamental encontrar mecanismos de **promoção e gestão do amplo património natural e paisagístico**. As zonas de Montesinho, do Alvão e do Douro Internacional e às Áreas de Paisagem Protegidas (que integram a Rede Natura 2000), constituem alguns dos principais espaços a considerar nesse âmbito (ver Mapa 5, em anexo). A presença de vincadas identidades paisagísticas, associadas a uma forte diversidade cultural de que são exemplo as manifestações do património arqueológico, do património arquitectónico e dos conjuntos edificados, constitui um recurso a valorizar, no âmbito da promoção integrada do território regional. A manutenção e preservação destas identidades regionais exigem medidas de **requalificação de espaços tradicionais** e de valorização do património objecto de constantes degradações. A **exploração dos recursos fluviais** é também um factor a privilegiar, quer através de desportos radicais e náuticos (por exemplo, os campeonatos de Jet-Ski, em Mirandela) quer através das praias fluviais (por exemplo, na barragem do Azibo). Uma série de infra-estruturas paralelas será fundamental para dinamizar estas actividades, como os parques de campismo, restauração, bibliotecas itinerantes, etc.

Um aspecto chave no desenvolvimento da actividade turística são os canais de informação e de comunicação. Ao nível da rede viária, salienta-se a importância dos itinerários complementares IP4, IP3 e IP2, assim como do itinerário complementar IC5. Salientam-se ainda a os corredores Póvoa de Varzim - Chaves, Viseu - Lamego - Chaves e dos estudos de viabilidade das ligações de Bragança à Autovia das Rias Baixas (ver Mapa 2, em anexo). Contudo, será também necessária a **requalificação das ligações** entre os espaços rurais e as *idades charneira*, no sentido de potenciar a atractibilidade e melhorar a acessibilidade a essas zonas, principalmente os espaços rurais de fraca densidade. Por exemplo, a criação de soluções inter-modais dentro dos pólos urbanos e entre estes e as zonas rurais será uma das formas de fomentar a atracção e a comunicação entre esses espaços.

A **exploração das vias férreas** do interior da Região, neste caso com fins predominantemente turísticos, deverá ser apoiada quer por entidades públicas quer privadas, ou mesmo em consórcio. Trata-se de uma área que poderá ser bastante rentável, se bem explorada, em conjunto com outras actividades: gastronomia, rotas, exploração do património natural e arquitectónico, etc. A beleza dos percursos férreos é uma mais-valia que convém ser apropriada pela região. Mais uma vez, a qualidade das infra-estruturas de suporte é essencial, sendo necessária a recuperação de estações e apeadeiros desactivados, assim como a oferta de condições de viagem agradáveis. A experiência da exploração da linha Tua-Mirandela, através do "Metro de superfície", poderá ser alargada a outras zonas da região, embora seja necessária a **oferta de serviços complementares de maior qualidade**.

Ao nível das ligações aéreas, esta poderá ser uma área de enorme potencial para a região, embora a médio / longo-prazo. No entanto, torna-se fundamental a melhoria da qualidade das infra-estruturas existentes, ainda precárias, reforçando a capacidade de transporte tanto de passageiros como também de mercadorias. Os aeródromos existentes na região (cerca de cinco) deverão ser melhor aproveitados, aprofundando as ligações com as regiões da Galiza e de Castela-Leão, no sentido de aumentar a procura turística às regiões transmontanas e alto-durienses (ver Mapa 3, em anexo). Os **desportos aeronáuticos** poderão também ser

potenciados com a melhoria das infra-estruturas de suporte, podendo ser uma área de atracção de determinados segmentos da procura com elevado poder de compra.

4. Estratégias de desenvolvimento: pontos críticos e medidas de acção

A dinamização do cluster do turismo / lazer e conseqüente desenvolvimento de novas actividades empresariais na região encontra uma série de constrangimentos que convém identificar. Desde logo, um ambiente empresarial com alguma aversão ao risco, que poderá dificultar o investimento em novas actividades. Torna-se necessário incentivar o empreendedorismo e lançar medidas de incentivo à criação de empresas, tais como “incubadoras” ou “ninhos” de empresas (onde as associações empresariais/comerciais e o ensino superior poderão ter um papel fulcral), bem como incentivos fiscais específicos à região. Outro dos principais constrangimentos prende-se com a rede de educação e de formação, quer inicial quer contínua. As baixas qualificações e habilitações da população requerem medidas no sentido de uma oferta de cursos técnicos e superiores de acordo com as reais necessidades da região, bem como a requalificação da população activa e dos desempregados para as áreas-chave de competitividade da região. Um outro aspecto crítico importante para potenciar com sucesso novas actividades é a colaboração entre os vários actores regionais. A fraca vocação para a cooperação empresarial e inter-institucional torna premente o estabelecimento de parcerias e de linhas de actuação comuns, estratégicas e estruturantes, visando o desenvolvimento da capacidade competitiva de Trás-os-Montes e Alto-Douro.

PONTOS CRÍTICOS	ESTRATÉGIAS
Ambiente empresarial	Divulgação dos incentivos ao empreendedorismo local; benefícios fiscais; incubadoras; maior ligação empresas-instituições de ensino.
Infra-estruturas básicas	Melhorar as acessibilidades aos espaços rurais; melhorar o saneamento e electrificação das zonas mais interiores. Alojamento e hotelaria. Equipamentos culturais.
Educação e formação	Cursos Superiores e formação de activos virados para as actividades turísticas características da região. Défices em áreas chave: animação sócio-cultural, línguas, recepção e guia turístico, recuperação do património, recuperação e protecção de espaços verdes, gastronomia, enologia, serviços pessoais, TIC.
Prospecção de mercado e informação	Informação sobre os potenciais clientes e mercados alvo. Análise das tendências de mercado. Recolha de boas práticas em “turismo de proximidade”.
Colaboração entre os actores / organização em rede	Estabelecimento de parcerias locais/regionais e transfronteiriças para a oferta integrada de produtos turísticos inovadores e complementares. Estímulo à colaboração entre os vários agentes da região: empresas, associações, autarquias, instituições de ensino e formação, operadores turísticos, regiões de turismo, etc.
Serviços às empresas	Fornecimento de serviços às empresas: consultoria, contabilidade, formação, <i>catering</i> , organização de eventos, limpeza e manutenção de equipamentos, etc.

Fonte: próprio autor

Bibliografia

- Comissão de Coordenação da Região Norte (2002), **www.ccr-n.pt**;
- INE (2002), **Censos 2001**;
- INE (2002), **Estatísticas do Emprego**;
- INE (2002), **Estatísticas Regionais**;
- OCDE (1999), **Focus Group on Cluster Mapping and Cluster Policy**;
- PROINOV (2002), **Clusters e política de inovação**, PCM;
- Santos, António Bob (2002), **Os serviços de proximidade como potencial fonte de criação de emprego em Portugal**, Tese de Mestrado, ISCTE

ANEXOS

Quadro 1 - Evolução da População Residente na Região Norte (1991-2001)

	População Residente				Crescimento Populacional de 1991 a 2001		Estruturas % em 2001	
	Total		Homens		r ^p	%	Portugal = 100	Norte = 100
	1991	2001	1991	2001				
PORTUGAL	9 867 147	10 318 084	4 756 775	4 988 060	450 937	4,6	100,0	-
NORTE	3 472 715	3 680 379	1 677 310	1 782 286	207 664	6,0	35,7	100,0
Grande Porto	1 167 800	1 256 633	559 166	602 876	88 833	7,6	12,2	34,1
Espinho	34 956	33 452	16 825	16 147	-1 504	-4,3	0,3	0,9
Gondomar	143 178	163 462	70 418	79 950	20 284	14,2	1,6	4,4
Matosinhos	151 682	166 275	73 605	80 679	14 593	9,6	1,6	4,5
Porto	302 472	262 928	137 914	119 749	-39 544	-13,1	2,5	7,1
Póvoa de Varzim	54 788	63 188	26 239	30 482	8 400	15,3	0,6	1,7
Valongo	74 172	85 895	36 230	41 900	11 723	15,8	0,8	2,3
Vila do Conde	64 836	74 118	31 742	36 267	9 282	14,3	0,7	2,0
Vila Nova de Gaia	248 565	287 597	120 697	139 403	39 032	15,7	2,8	7,8
Tâmega	509 209	551 265	250 573	271 773	42 056	8,3	5,3	15,0
Amarante	56 092	59 620	27 416	29 101	3 528	6,3	0,6	1,6
Baião	22 456	22 438	10 852	10 849	-18	-0,1	0,2	0,6
Cabeceiras de Basto	16 368	18 033	8 025	8 906	1 665	10,2	0,2	0,5
Castelo de Paiva	16 515	17 393	8 153	8 575	878	5,3	0,2	0,5
Colorido de Basto	21 477	20 516	10 412	9 972	-961	-4,5	0,2	0,6
Cinfães	23 489	22 390	11 389	10 963	-1 099	-4,7	0,2	0,6
Felgueiras	49 136	57 572	24 004	28 130	8 436	17,2	0,6	1,6
Lousada	38 213	44 690	18 796	22 087	6 477	16,9	0,4	1,2
Marco de Canaveses	48 133	52 138	23 614	25 691	4 005	8,3	0,5	1,4
Mondim de Basto	9 518	8 541	4 728	4 204	-977	-10,3	0,1	0,2
Pagos de Ferreira	44 190	52 830	21 987	26 611	8 640	19,6	0,5	1,4
Paredes	72 999	83 433	36 465	41 379	10 434	14,3	0,8	2,3
Penafiel	68 444	71 850	33 814	35 551	3 406	5,0	0,7	2,0
Resende	13 675	12 415	6 664	6 096	-1 260	-9,2	0,1	0,3
Ribela de Pena	8 504	7 406	4 254	3 658	-1 098	-12,9	0,1	0,2
Entre Douro e Vouga	252 370	276 682	122 853	135 538	24 312	9,6	2,7	7,5
Arouca	23 894	24 233	11 609	11 891	339	1,4	0,2	0,7
Oliveira de Azeméis	66 846	70 699	32 739	34 752	3 853	5,8	0,7	1,9
Santa Maria da Feira	118 641	135 941	57 573	66 601	17 300	14,6	1,3	3,7
São João da Madeira	18 452	21 022	8 910	10 056	2 570	13,9	0,2	0,6
Vale de Cambra	24 537	24 787	12 022	12 238	250	1,0	0,2	0,7
Douro	238 695	221 568	115 913	107 319	-17 127	-7,2	2,1	6,0
Aijó	16 327	14 334	8 064	7 059	-1 993	-12,2	0,1	0,4
Armamar	8 677	7 479	4 262	3 647	-1 198	-13,8	0,1	0,2
Carraceda de Anstães	9 235	7 635	4 478	3 697	-1 600	-17,3	0,1	0,2
Freixo-de-Espada-a-Cinta	4 914	4 197	2 361	2 031	-717	-14,6	0,0	0,1
Lamego	30 164	28 085	14 557	13 553	-2 079	-6,9	0,3	0,8
Mesão Frio	5 519	4 895	2 672	2 361	-624	-11,3	0,0	0,1
Mortimela da Beira	12 317	10 990	5 938	5 252	-1 327	-10,8	0,1	0,3
Penedono	3 731	3 447	1 782	1 644	-284	-7,6	0,0	0,1
Peso da Régua	21 567	18 761	10 452	9 021	-2 806	-13,0	0,2	0,5
Sabrosa	7 478	7 033	3 645	3 440	-445	-6,0	0,1	0,2
Santa Maria de Penaguião	9 703	8 575	4 756	4 141	-1 128	-11,6	0,1	0,2
São João da Pesqueira	9 581	8 738	4 771	4 343	-843	-8,8	0,1	0,2
Sernancelhe	7 020	6 192	3 474	3 024	-828	-11,8	0,1	0,2
Tabuaço	7 901	6 762	3 846	3 250	-1 139	-14,4	0,1	0,2
Tarouca	9 579	8 296	4 686	4 081	-1 283	-13,4	0,1	0,2
Torre de Moncorvo	10 969	9 920	5 258	4 794	-1 049	-9,6	0,1	0,3
Vila Flor	8 828	7 904	4 303	3 851	-924	-10,5	0,1	0,2
Vila Nova de Foz Côa	8 885	8 397	4 245	4 040	-488	-5,5	0,1	0,2
Vila Real	46 300	49 928	22 363	24 090	3 628	7,8	0,5	1,4
Alto Trás-os-Montes	235 241	223 037	116 476	108 955	-12 204	-5,2	2,2	6,1
Alfândega da Fé	6 734	5 924	3 361	2 908	-810	-12,0	0,1	0,2
Boticas	7 936	6 411	4 002	3 177	-1 525	-19,2	0,1	0,2
Bragança	33 055	34 689	16 264	16 783	1 634	4,9	0,3	0,9
Chaves	40 940	43 558	20 046	21 177	2 618	6,4	0,4	1,2
Macedo de Cavaleiros	18 930	17 432	9 435	8 433	-1 498	-7,9	0,2	0,5
Miranda do Douro	8 697	8 085	4 287	3 992	-612	-7,0	0,1	0,2
Mirandela	25 209	25 809	12 391	12 573	600	2,4	0,3	0,7
Mogadouro	12 188	11 282	6 093	5 610	-906	-7,4	0,1	0,3
Montalegre	15 464	12 792	7 768	6 310	-2 672	-17,3	0,1	0,3
Murça	7 371	6 757	3 632	3 340	-614	-8,3	0,1	0,2
Valpaços	22 586	19 374	11 145	9 438	-3 212	-14,2	0,2	0,5
Vila Pouca de Aguiar	17 081	14 962	8 539	7 345	-2 119	-12,4	0,1	0,4
Vimioso	6 323	5 330	3 138	2 621	-963	-15,7	0,1	0,1
Vinhais	12 727	10 632	6 375	5 248	-2 095	-16,5	0,1	0,3

Fonte: INE, Censos 2001

Quadro 2 - ESTABELECIMENTOS E CAPACIDADE DE ALOJAMENTOS 1994

ÂMBIENTE GEOGRÁFICO	HOTÉIS		PENSÕES		OUTROS ESTABELECIMENTOS	
	Nº	CAPACIDADE DE ALOJAMENTOS	Nº	CAPACIDADE DE ALOJAMENTOS	Nº	CAPACIDADE DE ALOJAMENTOS
REGIAO NORTE	86	13 511	271	11 249	35	2 078
DOURO	4	325	24	1 112	2	60
ALTO TRAS-OS-MONTES	6	753	43	1 827	5	201

Fonte: INE, 2002

Quadro 3 - INFRAESTRUTURAS DE SAÚDE EM 1994

ÂMBIENTE GEOGRÁFICO	HOSPITAIS OFICIAIS	HOSPITAIS PARTICULARES	CENTROS DE SAÚDE	EXTENSÕES DOS CENTROS DE SAÚDE	FARMÁCIAS	POSTOS DE MEDICAMENTOS
REGIAO NORTE	36	23	116	508	742	55
DOURO	3	-	24	88	58	15
ALTO TRAS-OS-MONTES	4	-	14	135	48	12

Fonte: INE, 2002

Quadro 4 - INFRAESTRUTURAS CULTURAIS EM 1996

ÂMBIENTE GEOGRÁFICO	Bibliotecas	Museus	Visitantes de Museus
REGIAO NORTE	424	62	991.410
DOURO	48	4	55.410
ALTO TRAS-OS-MONTES	39	7	116.129

Fonte: INE, 2002

Quadro 5 – Análise SWOT

(Região de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Pontos fortes	Pontos fracos
<p>Hospitalidade da população;</p> <p>Produtos tradicionais/regionais: artesanato, gastronomia, eventos;</p> <p>Sector dos vinhos: vinho do Porto e do Douro (principal produto de exportação agrícola nacional);</p> <p>Número significativo de produtos com denominação de origem e indicação geográfica;</p> <p>Património cultural e arquitectónico de elevada qualidade;</p> <p>Património natural variado, com espaços de elevada qualidade paisagística;</p> <p>Recursos hídricos abundantes.</p>	<p>Localização: extremo de Portugal;</p> <p>Concorrência via preço: pouca importância dos factores imateriais;</p> <p>Baixos níveis de qualificação dos recursos humanos e de escolarização da população activa;</p> <p>Fragilidade dos instrumentos de qualificação profissional dos jovens à entrada no mercado de trabalho e da qualificação profissional dos activos, bem como do reconhecimento das qualificações adquiridas por via profissional.</p> <p>Educação pré-escolar com pouca cobertura;</p> <p>Baixa qualidade dos serviços de apoio à actividade produtiva;</p> <p>Fraco nível de qualificação da generalidade dos profissionais do sector turístico e fraca estruturação deste sector;</p> <p>Insuficiente valorização do património cultural: fraca conservação e divulgação;</p> <p>Grande dispersão do povoamento em largos espaços da Região, com custos acrescidos dos serviços públicos (saneamento básico, rede viária, transportes e equipamentos colectivos).</p>
Ameaças	Oportunidades
<p>Envelhecimento da população (idosos > jovens);</p> <p>Procura insuficiente (baixo poder de compra): falta de estímulo para o desenvolvimento de produtos e serviços "avançados";</p> <p>Desertificação da região (para o litoral e grandes pólos urbanos);</p> <p>Baixa atractibilidade da região para a fixação de mão-de-obra qualificada e jovem e da actividade empresarial;</p> <p>Turismo: concorrência do Minho, Beiras e regiões espanholas;</p>	<p>Reforço populacional dos pólos urbanos de TMAD (Bragança, Chaves, Mirandela, Vila Real);</p> <p>Localização: centro multimodal, entre Minho, Beiras e regiões espanholas (Galiza, Catela-Leão);</p> <p>Acessibilidades como factor de fixação e atracção de mão-de-obra e empresas: IP4, IP3, IP2, IC5, aeródromos (Bragança, Vila Real, Mirandela);</p> <p>Intensificação da ligação entre as instituições de ensino superior e a actividade empresarial da região;</p> <p>Ensino superior e politécnico: fixação de jovens qualificados e atracção de empresas;</p> <p>Incentivos às empresas para contratação de jovens licenciados;</p> <p>Incentivos aos jovens licenciados transmontanos noutras regiões para se fixarem em TMAD;</p> <p>"Marca" TMAD para o turismo de qualidade: turismo como sector dinamizador da Região – eco-turismo, turismo rural, turismo enológico, turismo cultural e de património;</p>

	<p>Promoção da qualidade dos produtos e serviços: certificação de empresas e produtos, produtos com denominação de origem, marketing, distribuição, comercialização;</p> <p>Produção agrícola de elevada qualidade: vinha, olival, frutos, produção agro-alimentar, produtos regionais, etc. Agricultura biológica;</p> <p>Utilização das TIC como factor de competitividade;</p> <p>Emigrantes: atracção de investimento;</p> <p>Imigrantes: fixação e integração.</p>
--	---

Fonte: próprio autor

Mapa Regionais

► Mapa 1

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DA REDE DE LEITURA PÚBLICA

